



ATA Nº 5/2026

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Página | 1

LOCAL: PALÁCIO DA JUSTIÇA DE CASTELO BRANCO

DATA: 13/07/2026

Pelas 16:00 horas deu-se início à reunião, encontrando-se presentes:

- O Exmo. Senhor Juiz Presidente, Juiz de Direito **Dr. Miguel Mauro Fernandes de Castro**;
- O Exmo. Senhor Magistrado do Ministério Público Coordenador, Procurador-Geral Adjunto **Dr. António Filipe Gaspar da Costa Maciel**;
- A Exma. Senhora Administradora Judiciária, **Dra. Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa**;
- O Exmo. Senhor Juiz de Direito, **Dr. João Manuel Rodrigues Mateus**, representante dos(as) Exmos(as). Senhores(as) Juizes(as) de Direito;
- O Exmo. Senhor Procurador da República, **Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos**, representante dos dos(as) Exmos(as). Senhores(as) Procuradores(as) da República;
- A Exma. Senhora **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha**, em representação da Ordem dos Advogados do Distrito de Castelo Branco;
- O Exmo. Senhor **Dr. Francisco Pombo Lopes**, em representação da Delegação da Ordem dos Advogados de Castelo Branco;
- A Exma. Senhora Técnica de Justiça **Sandra de Jesus Dias da Silva**, representante dos(as) Senhores(as) Oficiais de Justiça em exercício de funções na Comarca,

comigo, António Heitor, Oficial de Justiça em funções no Gabinete de Apoio à Gestão da Comarca de Castelo Branco, tendo por objeto os seguintes pontos:

Ponto 1 – Aprovação do Relatório Semestral da Comarca;

Ponto 2 – Outros assuntos.

Não se encontravam presentes:



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

- O Exmo. Senhor Dr. Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, representante do Município do Fundão;

- A Exma. Sra. Lúcia Maria P. Silva, representante da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução;

- O Exmo. Senhor Eng.º João Lobo, representante do Município de Proença-a-Nova;

- O Exmo. Sr. Vice-Reitor Professor João Carlos Leitão, representante da UBI da Covilhã e

- O Exmo. Senhor Sérgio Santos, representante da área da economia.

Tendo o Senhor Juiz Presidente iniciado a reunião, foi proposto por todos os Conselheiros e pelo Conselho de Gestão e aprovada por unanimidade uma nota de pesar pelo falecimento do Exmo. Senhor Procurador da República, Dr. Pedro António Martins Raposo Lopes Marcelo.

De seguida o Senhor Juiz Presidente efetuou uma breve referência ao relatório da Comarca referente ao primeiro semestre de 2026, disponibilizando-se a prestar quaisquer esclarecimentos.

Seguidamente, foi dada a palavra, ao Senhor Magistrado do Ministério Público Coordenador, Dr. António Filipe Gaspar da Costa Maciel, que, no seu uso, referiu os problemas que existem no Ministério Público da Comarca, nomeadamente a falta de Magistrados, o que origina a sobrecarga dos que prestam serviço na Comarca.

Deu a título de exemplo a implementação da plataforma de comunicações eletrónicas entre as polícias e o Ministério Público, facto que foi comunicado a uma sexta-feira à tarde para iniciar a sua vigência na segunda-feira seguinte, de manhã, não tendo havido qualquer formação para a sua utilização, nem para os Senhores Magistrados, nem para os Senhores Oficiais de Justiça.

Mais referiu a falta de instalação de um JIC na Comarca, obrigando os Senhores Procuradores a deslocarem-se aos vários Núcleos, aquando dos primeiros interrogatórios.

Dada a palavra à Exma. Administradora Judiciária, Dra. Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa, esta referiu nada ter a acrescentar ao que consta no Relatório Anual. Salientou, contudo, a falta de recursos humanos na Comarca, reportando que, no momento atual, dez Oficiais de Justiça se encontram em situação de baixa médica prolongada.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Concedida a palavra ao Exmo. Senhor Juiz de Direito, Dr. João Manuel Rodrigues Mateus, no seu uso disse nada ter a acrescentar ao que consta do relatório.

Seguidamente foi dada a palavra ao Exmo. Senhor Procurador da República, Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos, que aludiu à falta de Magistrados no Ministério Público, tendo referido que, neste momento, faltam quatro Procuradores, sendo o serviço distribuído pelos que se encontram ao serviço, o que causa pressão sobre os mesmos.

Página | 3

Mais reforçou os constrangimentos causados pela falta da instalação de um JIC na Comarca, pelos motivos já referidos pelo Sr. Magistrado do Ministério Público Coordenador.

Dada a palavra à Sra. Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, pela mesma foi dada nota de louvor aos senhores Oficiais de Justiça do Juízo Central Criminal de Castelo Branco, dos Serviços do Ministério Público da Covilhã e do Sr. Secretário do Núcleo da Covilhã, pela colaboração e disponibilidade para resolver os problemas que vão surgindo.

Continuando no uso da palavra, referiu que a falta de recursos humanos nos vários Núcleos, é um dos maiores problemas.

Referiu ainda a nível local, nomeadamente no Núcleo da Covilhã, que a avaria no elevador, que já ocorre há muito tempo, causa graves constrangimentos, nomeadamente a pessoas com mobilidade reduzida.

Outro problema, já com vários anos, é a instalação temporária do Juízo do Trabalho daquele Núcleo, que apesar de ser temporária, já se encontra assim há muitos anos.

Concedida a palavra ao Senhor Dr. Francisco Pombo Lopes, disse que, atendendo ao que já foi referido, nada mais tem a acrescentar, realçando apenas a colaboração dos advogados no que for necessário para a aplicação da Justiça.

Dada a palavra à Senhora Oficial de Justiça Sandra de Jesus Dias da Silva, no seu uso, referiu que, após auscultar os colegas, a maior preocupação é a falta de Oficiais de Justiça.

Mais referiu que já não há medicina o trabalho na Comarca há muito tempo, o que se revela uma necessidade premente.

Referiu ainda que a Sra. Oficial de Justiça Natália Bernardo lhe fez chegar que, na sua opinião, deveria haver um acompanhamento psicológico aos Oficiais de Justiça que assim o desejassem, nomeadamente os que tratam de processos mais sensíveis



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

como os processos que envolvem menores, os processos de violência doméstica, entre outros.

Por fim, agradeceu, em nome dos colegas, as palavras de louvor proferidas pela representante da Ordem dos Advogados do Distrito de Castelo Branco.

Página | 4

De seguida o Senhor Juiz Presidente prestou alguns esclarecimentos, nomeadamente quanto à questão do elevador do Núcleo da Covilhã, quanto ao Juízo do trabalho daquele Núcleo e à instalação do JIC na Comarca.

Consigna-se ainda que, por unanimidade, foi emitido parecer favorável ao relatório semestral da Comarca referente ao primeiro semestre de 2026.

Nada mais havendo a tratar, sendo 16:45 horas, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar se lavrou a presente ata, que após lida e revista, vai ser assinada.

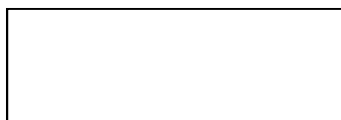
Miguel Mauro Fernandes de Castro

(Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)



António Filipe Gaspar da Costa Maciel

(Magistrado do Ministério Público Coordenador do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)



Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa

(Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

